



Opinião Econômica

Cecilia Machado

Economista-chefe do Banco BoCom
BBM e professora do departamento de
economia da PUC-Rio

banrisul

A influência do STF e da Justiça no Orçamento

Hoje, Judiciário também desenha políticas públicas, com impactos fiscais significativos

Em artigo na Folha, Diego Werneck Arguelles aponta o crescente poder pessoal de ministros do STF, construído fora dos autos. Políticos, empresários e escritórios de advocacia gravitam em torno desses ministros, num arranjo que compromete a imparcialidade da corte.

O diagnóstico é certo, mas o poder acumulado pelo STF -e, de forma mais ampla, pela Justiça- vai além do poder pessoal para decidir casos de interesse particular. Hoje, a Justiça também desenha políticas públicas, fixa critérios de elegibilidade, expande direitos e define a alocação de recursos do Orçamento da União, com impactos fiscais significativos.

Já tratei aqui de exemplos

dessa expansão: a decisão que estendeu o salário-maternidade às autônomas, com impacto fiscal estimado em R\$ 12 bilhões já em 2026, e a que ampliou o BPC para mulheres vítimas de violência, sem estimativa de custos. Em ambos, o STF redefiniu o desenho de políticas públicas que já estavam claramente fixadas em legislação.

A derrubada de trechos da reforma trabalhista de 2017 segue lógica semelhante. O STF declarou inconstitucionais os dispositivos que transferiam à parte perdedora os custos processuais -regra aprovada pelo Legislativo para conter a litigância oportunista. Coube ao tribunal, não ao Congresso, redesenhar os incentivos à litigância, com efeitos so-

bre o custo das empresas e o orçamento da própria Justiça.

O caso flagrante mais recente é o novo teto remuneratório das carreiras jurídicas de Estado. O STF autorizou o pagamento de verbas em até 70% acima do teto constitucional para magistratura e Ministério Público -percentual definido pelo próprio tribunal, sem análise de custo-benefício, sem parâmetro técnico.

Ainda mais impressionante é o espaço que os precatórios -pagamentos devidos pelo poder público após condenação judicial definitiva- passaram a comandar do Orçamento. Em pouco mais de uma década, os precatórios da União passaram de R\$ 15 bilhões em 2013 para R\$ 100 bilhões em 2026. Consi-


derando as sentenças pagas diretamente no Orçamento, sem expedição de precatórios, como benefícios previdenciários, assistenciais e compensações tributárias, o montante total chega a R\$ 365 bilhões em 2023, ou 3,2% do PIB.

Essas decisões da Justiça hoje comandam uma parte considerável do Orçamento, mas não levam em consideração o custo de oportunidade dos recursos, o desenho integrado da política pública e a instabilidade macroeconômica que decorre de um aumento de gastos. Quando o Judiciário amplia um benefício ou determina quais pagamentos são devidos pelo Estado, decide também, indiretamente, que outras políticas terão menos re-

ursos, que o governo precisará arrecadar mais, ou que a dívida crescerá -com efeitos sobre juros, câmbio e crescimento.

Werneck propõe um conjunto de limites ao STF, como a redução dos poderes individuais dos ministros e um código de ética. A esses acrescentaria um outro -válido para o sistema de Justiça como um todo. É preciso circunscrever o papel do Judiciário ao de intérprete da lei, não ao de formulador de políticas e executor do Orçamento. Isso exige regras que coloquem os tribunais diante dos impactos fiscais e econômicos de suas decisões: estimativas de custo, fonte de financiamento, avaliação de alternativas.

Restabelecer a fronteira entre o que cabe à Justiça e o que cabe aos demais Poderes é condição para que o Orçamento volte a ser decidido onde deve: no debate público.




banriway

A vida financeira do seu filho começa aqui.

A nova conta para crianças e adolescentes do Banrisul.

Para eles terem **mais autonomia e segurança.**



Feira Brasileira do Varejo projeta participação de mais de 12 mil pessoas

/ VAREJO

Mauro Belo Schneider

mauro.belo@jornaldocomercio.com.br

São esperadas cerca de 6,2 mil pessoas do interior do Rio Grande do Sul para participar da 12ª edição da Feira Brasileira do Varejo, que ocorrerá de 20 a 22 de maio no Centro de Eventos Fiergs, em Porto Alegre. Além disso, 27 empresas de outros estados integrarão a atividade organizada pelo Sindilojas POA em parceria com o Sebrae RS.

Arcione Piva, presidente do Sindilojas POA, diz que a expectativa total é por 12 mil visitantes. “A FBV não é como a NRF (que ocorre em Nova York), onde os palestrantes falam somente de suas empresas. Aqui, é mais focado em conteúdo para aplicar nos negócios”, compara.

Piva conta que a participação



Arcione Piva estima que 48% do público seja do interior do Estado

do Interior se dá pelo engajamento de associações, Sindilojas e CDLs locais. Ele calcula que 48% do público no evento não seja de Porto Alegre.

Além dos seis palcos, ocorrem rodadas de negociações. Na edição passada, foram 800. Para este

ano, estão previstas 1,2 mil. Com isso, os negócios fechados no evento, que no ano passado atingiram R\$ 54 milhões, também devem crescer em torno de 50%, podendo se aproximar dos R\$ 70 milhões.

Com o tema O futuro do varejo é agora, a FBV contará com uma loja tendência do Sebrae, de 130m², focada em cosméticos. A abertura oficial da programação é às 18h do dia 20, mas funcionará sempre das 10h às 19h.

Durante o evento, será anunciada uma novidade para 2027: a troca de período. A 13ª FBV será em junho, não mais em maio. A estratégia é não concorrer com outras agendas do Rio Grande do Sul, como South Summit e Gramado Summit.

Piva detalhou o assunto durante visita ao **Jornal do Comércio**, quando foi recebido pelo diretor-presidente do JC, Giovanni Jarros Tumelero.

PMI de serviços do Brasil sobe a 52,3 pontos em abril, aponta S&P Global

/ SERVIÇOS

O índice dos gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) do setor de serviços no Brasil subiu de 50,1 pontos em março para 52,3 em abril, informou ontem a S&P Global. Segundo a S&P, os dados de abril indicaram que a recuperação do crescimento das vendas entre os prestadores de serviços sustentou um avanço mais acelerado da atividade, estimulou a geração de empregos e reforçou projeções mais positivas para o próximo ano.

Ao mesmo tempo, a agência destaca que as pressões inflacionárias não deram sinais de arrefecimento. O aumento mais intenso dos custos de insumos em mais de um ano impulsionou a alta dos preços praticados.

“Considerando o impacto negativo da guerra no Oriente Médio sobre os preços internacionais dos combustíveis, não é surpreendente ver que as empresas de trans-

portes, informação e comunicação registraram o aumento mais acentuado nos preços cobrados”, observa a diretora associada de economia da S&P Global Market Intelligence, Pollyanna de Lima.

Segundo a diretora, as empresas passaram a ter mais esperança de que o conflito no Oriente Médio termine em breve, o que poderia estabilizar os preços e facilitar cortes nas taxas de juros. “Esse otimismo levou a previsões da atividade de serviços mais altas e a um aumento nas contratações”, completa.

Pollyanna de Lima também destaca que embora as pressões inflacionárias não tenham suprimido a demanda por serviços brasileiros em abril, elas representam riscos para a renda familiar e para a política monetária. Conforme a S&P, o PMI Composto do País, que mede a atividade conjunta das empresas de serviços e da indústria, também subiu de 49,9 em março para 52,4 pontos em abril.